



S. R.  
REPRESENTAÇÃO PERMANENTE  
DE PORTUGAL  
UNION OF EUROPEAN STATES  
BRUXELAS

Bruxelas, 04 de Maio de 09

Proc. C-432

001068

Senhor Director-Geral,

Em referência à carta 52727 de 09.07.08 relativa aos Serviços de interesse económico geral: relatório a apresentar na sequência da decisão de 28.11.2005, tenho a honra de enviar a V.Exa, em anexo o Relatório SIEG/Portugal.

Queira aceitar, Senhor Director-Geral, os protestos da minha alta consideração.

O Representante Permanente

Exmº Senhor  
Philip LOWE  
Director-Geral da DG da Concorrência  
Comissão Europeia  
BRUXELAS

MFA/ML



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**ASSUNTO: Relatório SIEG/Portugal**

**Ligações aéreas Continente Regiões Autónomas**

- 1. Obrigações típicas do SIEG em causa e as características das empresas envolvidas e consumidores/utentes alvo.**

*Nos termos do n.º 1, alínea a), do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de Julho, publicado no JO N.º L 240 de 24.08.1992, relativo ao acesso das transportadoras aéreas comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias, o Governo Português decidiu impor obrigações de serviço público aos serviços regulares estabelecidos entre o Continente e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores;*

- 2. Tipologia dos contratos – natureza, duração e especificidades dos direitos exclusivos.**

*Através do Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de Abril, o Governo português regulou as obrigações de serviço público e as ajudas do Estado aplicadas e prestadas no âmbito dos serviços aéreos regulares entre o Continente e as referidas Regiões Autónomas, ente estas, no interior de cada Região Autónoma, ou para qualquer outra região periférica ou em desenvolvimento do território nacional, bem como em ligações aéreas de franca densidade de tráfego;*

**Metodologia de Cálculo das Compensações**

- 3. Características das regras contabilísticas e de determinação dos pagamentos e actualização de compensações (Despesa/Receita).**

*No referido Decreto-Lei o Governo criou um mecanismo de subsídio que permitiu a prática de tarifários reduzidos junto de passageiros elegíveis de acordo com os critérios previstos no próprio diploma, em termos de rentabilidade económica para as transportadoras aéreas. Os passageiros elegíveis passaram a beneficiar de um*

---

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

---

NÃO CLASSIFICADO

Página 2 de 15



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

*desconto no preço dos bilhetes, montante esse que passou a ser reembolsado às transportadoras aéreas após certificação pela Inspeção-Geral de Finanças, mediante a apresentação pelas transportadoras de listagem de todos os bilhetes vendidos com desconto, bem como da documentação comprovativa da elegibilidade dos passageiros beneficiários;*

*Relativamente ao serviço público que presta nas ligações aéreas com a Região Autónoma dos Açores – ilhas que registam, nos dois exercícios precedentes ao da atribuição de obrigações de serviço público (cuja mais recente modificação consta da Comunicação da Comissão 2008/C104/08 de 24.04.2008), um tráfego anual inferior a 300 000 passageiros, a TAP recebeu, a título de compensação e em conformidade com o procedimento previsto no Regulamento (CEE) Nº 2408/92 supramencionado em 1., os seguintes valores globais:*

*Ano de 2006: 2.174.947,62 Euros*

*Ano de 2007: 2.888.807,00 Euros*

*Ano de 2008: 5.151.739,90 Euros*

*Informa-se que o valor de 2008 é repartido em 2.733.280,07 Euros, referentes ao acerto de 2006 e 2.418.459,83 referentes ao 1º Semestre de 2007.*

**Indicação de entidades de controlo. Eventuais processos de reembolso**

**4. A Inspeção-Geral de Finanças**

**5. Na informação recolhida não foi feita qualquer referência a eventuais reembolsos.**

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 38/40/41/42



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**SIEG – Região Autónoma dos Açores**

**1. APLICAÇÃO DA DECISÃO DA COMISSÃO**

No âmbito da Secretaria Regional da Economia são concedidas compensações de serviço público relativas a serviços de interesse económico geral nos seguintes domínios:

- a) transporte marítimo de passageiros entre todas as ilhas do Arquipélago;
- b) requalificação, modernização e construção de infra-estruturas portuárias;
- c) transporte aéreo de passageiros inter-ilhas;
- d) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais;
- e) desenvolvimento cultural e animação turística.

**1.1 Atribuição**

A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas públicas através de Resoluções do Conselho de Governo, conforme abaixo se enuncia, na sequência das quais foram celebrados contratos que incluem todos os elementos referidos no art.º 4.º da Decisão da Comissão de 28 de Novembro de 2005, designadamente:

- a) a natureza e a duração das obrigações de serviço público;
- b) as empresas e o território em causa;
- c) a natureza de quaisquer direitos exclusivos ou especiais atribuídos à empresa;
- d) os parâmetros para o cálculo da compensação e respectivo controlo e revisão;
- e) As medidas destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respectivas modalidades de reembolso.

**1.1.1 Transporte marítimo de passageiros entre todas as ilhas do Arquipélago  
ATLÂNTICOLINE, SA – empresa pública regional**

Palácio de Cove de Moura, Rua da Cove de Moura, 1  
1380-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

NÃO CLASSIFICADO

Página 4 de 15



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A gestão dos serviços de interesse económico geral relativos à construção e exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do Arquipélago, bem como a prestação serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, foi atribuída à "Atlânticoline, SA" pela Resolução do Conselho do Governo n.º 152/2005, de 3 de Novembro, posteriormente alterada pelas Resoluções n.º 39/2006, de 20 de Abril, n.º 9/2007, de 25 de Janeiro e n.º 114/2008, de 1 de Agosto.

Na sequência da Resolução de 2005, foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a "Atlânticoline, SA", um contrato de gestão de serviços de interesse económico geral em 8 de Novembro de 2005.

**1.1.2 Requalificação, modernização e construção de infra-estruturas portuárias**  
**ADMINISTRAÇÕES PORTUÁRIAS REGIONAIS – empresas públicas regionais**

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2003/A, de 27 de Junho foram criadas as seguintes administrações portuárias regionais:

- a) APSM - Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A;
- b) APTO - Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A;
- c) APTG - Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A

Tratam-se de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos que têm como missão a administração dos portos da Região Autónoma dos Açores, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Foram celebrados entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e as Administrações Portuárias Regionais contratos com vista à realização de diversas obras de construção, modernização, ampliação e requalificação das infra-estruturas portuárias regionais, ao abrigo das Resoluções do Conselho de Governo n.º 111/2004, de 29 de Julho, n.º 94/2006, 27 de Julho, n.º 49/2007, de 24 de Maio e n.º 51/2008, de 10 de Abril.

---

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

---

NÃO CLASSIFICADO

Página 5 de 15



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Os contratos celebrados no período de 2004 a 2008 foram os seguintes:

**Em 2004**

- Contrato com a APTG, em Agosto de 2004, para a execução da obra de reabilitação e reordenamento do Porto da Praia da Vitória.

**Em 2006**

- Contrato com a APTO, em Agosto de 2006, para as obras de Reordenamento do Porto da Madalena (Projecto); Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Construção do Novo Acesso ao Porto (Projecto); Reordenamento do Porto da Horta (Projecto); Edifícios de Comércio e Serviço da Bacia Sul da Marina da Horta (Projecto) e Remodelação e Ampliação do Porto da Calheta de S. Jorge.
- Alteração ao Contrato que havia sido celebrado em Agosto de 2004 com a APTG, para a obra de Reabilitação e Reordenamento do Porto da Praia da Vitória.

**Em 2007**

- Contrato com a APTO, em Maio de 2007, para as obras de Construção Sector de Recreio Náutico do Porto das Velas de S. Jorge; Construção do Núcleo de Recreio Náutico do Porto das Lajes do Pico; Construção Sector do Núcleo de Recreio Náutico do Porto das Lajes das Flores; Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Construção do Novo Acesso ao Porto; Reabilitação da Cabeça do Molhe e Construção do Edifício Polivalente do Porto das Lajes das Flores; Reordenamento do Porto da Horta e Reordenamento Porto da Madalena;
- Contrato com a APTG, celebrado em Maio de 2007, para as obras de Ordenamento da Envolvente ao Porto da Praia da Vitória e Ordenamento do Molhe de Protecção do Elevador de Navios do Porto da Praia da Vitória;
- Contrato com a APSM, celebrado em Maio de 2007, para as obras de Construção do Terminal Marítimo de Cruzeiros da Cidade de Ponta Delgada e para a Construção das Obras Marítimas do Porto de Recreio Náutico de Vila do Porto.

**Em 2008**

- Contrato com a APTO, em Abril de 2008, para as obras de Ampliação dos Porto de Velas e S. Roque (Estudos); Reordenamento do Porto da Madalena e do Porto da Horta; Ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e Construção

---

Palácio da Cove da Moura, Rua da Cove da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

do Novo Acesso e para Reabilitação da Cabeça do ^Molhe do Porto das Lajes das Flores;

- Contrato com a APTG, celebrado em Abril de 2008, para as obras de Recuperação do Porto da Praia da Vitória e de Requalificação do Porto da Praia na Ilha Graciosa;
- Contrato com a APSM, em Abril de 2008, para as obras de Construção do Terminal Marítimo da Cidade de Ponta Delgada e para a 2ª Fase do Núcleo de Recreio Náutico do Porto de Vila do Porto.

**1.1.3 Transporte aéreo de passageiros inter-ilhas**

**SATA AIR AÇORES, SA – empresa pública regional**

Desde 1 de Abril de 2003, a Região Autónoma dos Açores decidiu impor obrigações de serviço público, ao serviço de transporte aéreo entre as ilhas do arquipélago, com o objectivo de assegurar aos utentes, serviços mínimos.

Foram fixadas, entre outras, imposições ao nível de frequências, capacidade, categorias das aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários, comercialização dos voos e serviços postais. Estas obrigações de serviço público foram publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias 2002/C 115/02, a 16 de Maio de 2002.

Na sequência desta decisão a Região, ao abrigo do n.º 1, alínea a), da cláusula 4.ª do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de Julho, lançou um concurso público para adjudicação da exploração do serviço de transporte aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias 2002/C 298/10, de 20 de Novembro de 2002.

Nenhuma transportadora aérea comunitária apresentou um pedido de exploração dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, sem exigir compensações financeiras ou direitos exclusivos na rota, de acordo com as obrigações de serviço público impostas.

---

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1386-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

---

NÃO CLASSIFICADO

Página 7 de 15



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Findo o primeiro contrato, foi lançado novo concurso, que foi objecto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2006/C 51/07, de 1 de Março de 2006, que se encontra actualmente em vigor.

Apenas a SATA Air Açores, SA se apresentou a concurso com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas. A concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores foi atribuída à SATA Air Açores, SA mediante contrato, datado de 31 de Maio de 2006, e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 18/2006, de 9 de Fevereiro.

**1.1.4 Serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais**

- SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA – empresa pública regional

A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare das Flores foi atribuída à SATA Air Açores mediante contrato datado de 1 de Julho de 2005 e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 102/2005, de 16 de Junho.

**1.1.5 Desenvolvimento cultural**

- TEATRO MICAELENSE – CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA – empresa pública regional

A 8 de Novembro de 2007 foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a sociedade Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA um contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo ao Desenvolvimento da Oferta Cultural, da Animação Turística da Região e de Promoção do Destino Turístico, na sequência de um Despacho Conjunto n.º 114/2007, de 6 de Novembro, de S. Exas o Vice-Presidente do Governo Regional e o Secretário Regional da Economia.

---

Palácio da Cova de Moura, Rua da Cova de Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

---

NÃO CLASSIFICADO

Página 8 de 15





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**1.2 Montante da Compensação**

Todos os contratos celebrados com as empresas públicas regionais concessionárias de serviços públicos contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afectação correcta dos custos e evitar compensações excessivas.

Para que o montante da compensação não ultrapasse o necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público, tendo em conta as receitas obtidas nos contratos de serviço público celebrados com as Administrações Portuárias Regionais e com a Atlanticoline, SA, são estipuladas cláusulas que estipulam quais as verbas globais atribuídas e em que, caso a empresa beneficie de apoio suplementar de outras formas de financiamento, o montante da comparticipação financeira a atribuir é proporcionalmente reduzido.

No Contrato de Concessão dos Serviços Aéreos Regulares, a SATA Air Açores, SA recebe uma compensação financeira em função do deficit de exploração determinado anualmente "ex-post" em função dos custos e proveitos devidamente justificados e efectivamente incorridos na exploração do serviço.

No caso da SATA Gestão de Aeródromos, SA foram definidos quais os encargos e investimentos da responsabilidade da concedente e estipulado que a concessionária deverá apresentar, anualmente, um plano de exploração para o ano seguinte indicando os equipamentos, obras de conservação/manutenção ou ampliação a realizar nos aeródromos necessárias ao seu normal funcionamento e desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respectivos custos, o qual é previamente aprovado pela concessionária.

No que concerne à Teatro Micaelense, SA é referido no respectivo Contrato de Desenvolvimento da Oferta Cultural, da Animação Turística da Região e de Promoção do Destino Turístico, que a concedente transferirá verbas que não devem exceder os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público, cujo cálculo decorre de dados objectivos, obtidos por comparação entre

---

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

---

NÃO CLASSIFICADO

Página 9 de 15



S. R.  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

receitas e custos de exploração que fazem parte integrante do Plano de Acções Anual previamente aprovado pela Região.

**1.3 Excesso de Compensação**

A Região Autónoma dos Açores realiza e assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas públicas regionais por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da actividade das mesmas.

**a) Administrações Portuárias Regionais.**

O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito dos contratos celebrados com as Administrações Portuárias Regionais e a sua adequação aos fins propostos exerce-se, nomeadamente, através da obrigação destas entidades de prestarem a informação e os esclarecimentos que lhes for solicitada pela Região, com a periodicidade que esta entender conveniente, assim como de se submeterem às avaliações e auditorias especializadas realizadas pela Região ou por quem ela designar para o efeito.

As Administrações Portuárias Regionais obrigam-se, ainda, a elaborar e a enviar à Região relatórios finais sobre a execução dos contratos e a incluírem nos seus planos anuais de actividades uma referência expressa ao estado de execução dos contratos celebrados.

**b) Atlanticoline, SA**

No caso do Contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral com a Atlanticoline, SA, encontra-se expressamente definido que esta concessionária se obriga a apresentar contas de exploração separadas por actividades, de forma a

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

NÃO CLASSIFICADO

Página 10 de 15



S. R.  
**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

evitar que os subsídios pagos possam vir a ser utilizados no financiamento de uma actividade que se considera exercida em condições normais de mercado.

De igual modo, o Contrato estipula que os critérios que determinam as transferências a efectuar pelo Orçamento Regional para a Atlanticoline, SA devem estar definidos de forma clara e transparente, devendo basear-se nos custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público e que o nível de compensação deve ser fixado com base numa análise dos custos que uma empresa adequadamente gerida e equipada em meios de transporte teria de suportar para cumprir as exigências de serviço público, tendo em conta as respectivas receitas, assim como um lucro razoável pela execução destas obrigações.

**c) SATA Air Açores**

As regras para atribuição do montante da compensação financeira à SATA Air Açores encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a concessionária remete à Região um relatório anual de execução da concessão, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados. O pagamento pela concedente é efectuada após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só será disponibilizado após o apuramento do montante exacto da compensação devida e corresponderá à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efectuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da concedente, será objecto de compensação no trimestre imediatamente a seguir, salvo o último trimestre da concessão, que será objecto de reembolso.

Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da concessão, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta de que resulte substancial aumento de encargos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos sofridos nas percentagens superiores

---

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

---

NÃO CLASSIFICADO

Página 11 de 15



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

a 10% da variação do preço médio de combustível e da cotação média do dólar face ao euro relativamente ao ano da proposta e da variação superior à taxa de inflação do ano anterior das taxas aeronáuticas e aeroportuárias e dos prémios de seguros.

**d) SATA – Gestão de Aeródromos, SA**

A SATA – Gestão de Aeródromos, SA enquanto concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais tem a obrigação de apresentar, para aprovação da concedente, um plano de exploração para o ano seguinte, até ao final do mês de Julho do ano anterior, indicando os equipamentos, as obras de conservação/manutenção/ampliação que pretende efectuar nos aeródromos concessionados, necessários ao seu normal desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respectivos custos. Como contrapartida da prestação de serviços, a concessionária tem direito a receber as compensações financeiras estipuladas no Contrato.

Neste mesmo Contrato encontra-se estipulado que a SATA – Gestão de Aeródromos, SA assume os riscos da concessão, podendo, no entanto, haver lugar à reposição do equilíbrio financeiro, em casos de força maior por eventos imprevisíveis e irresistíveis exteriores à concessionária e que tenham um impacto directo negativo sobre a concessão ou em casos de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta, de que resulte substancial aumento de encargos. A reposição do equilíbrio financeiro da concessão será operada mediante a atribuição de uma compensação directa à concessionária pela concedente, devendo a concessionária notificar a concedente da ocorrência de qualquer evento que possa dar lugar à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, no prazo máximo de dez dias seguintes à sua ocorrência. Das obrigações contratuais da SATA – Gestão de Aeródromos, SA, constam as de fornecer à concedente todos os elementos relativos à concessão que esta entenda dever solicitar-lhe e permitir o livre acesso das entidades fiscalizadoras, desde que devidamente identificadas a quaisquer instalações e equipamentos, dentro das áreas concessionadas.

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

NÃO CLASSIFICADO

Página 12 de 15



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**e) Teatro Micaelense, SA**

A Teatro Micaelense, SA, empresa encarregue da gestão de um serviço de interesse económico geral, tem a obrigação contratual de apresentar contas de exploração separadas por actividades, de forma a evitar que os subsídios pagos possam vir a ser utilizados no financiamento de uma actividade que se considera exercida em condições normais de mercado. Esta concessionária tem a obrigação de apresentar um plano de acções anual, que integra um orçamento global e detalhado por acção, com evidência dos pressupostos e do custo associado, o qual tem de ser previamente aprovado pela concedente até 30 de Outubro do ano anterior a que respeita. Anualmente a Região fixa, por despacho conjunto dos secretários regionais com competência nas áreas das finanças e da economia, o montante das verbas a transferir para a concessionária.

De acordo com o contrato celebrado, a Teatro Micaelense, SA obriga-se a apresentar, semestralmente, um relatório com informação detalhada sobre a execução das actividades aprovadas, bem como dos procedimentos e critérios contabilísticos.

**1.4 Controlo e Relatórios Anuais**

A Região mantém disponíveis, durante um período mínimo de dez anos, todos os elementos necessários para determinar se as compensações atribuídas são compatíveis com Decisão da Comissão, de 28 de Novembro de 2005, de 28 de Novembro, relativa à aplicação do n.º 2 do artigo 86.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público concedidos a certas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral, e elabora, de três em três anos, relatórios relativos à aplicação desta Decisão, com uma descrição pormenorizada das condições de aplicação nos sectores respectivos.

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

NÃO CLASSIFICADO

Página 13 de 15



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

**2. ÂMBITO DE UTILIZAÇÃO E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS RELATIVAS  
AOS SIEG**

As transferências financeiras para as supramencionadas empresas públicas regionais, durante os anos 2006, 2007 e 2008 foram as que se desagregam no quadro abaixo.

	2006	2007	2008	EUROS TOTAL
Transporte Marítimo de Passageiros Inter-Ilhas				
ATLANTICOLINE, SA	7.700.000	25.212.000	29.840.000	62.752.000
Infra-estruturas Portuárias				
APSM, SA	0	2.000.000	2.000.000	4.000.000
APTO, SA	2.225.000	2.475.000	1.850.000	6.550.000
APTO, SA	1.391.612	3.146.230	2.815.000	7.354.842
Transporte Aéreo de Passageiros Inter-Ilhas:				
SATA AIR AÇORES, SA	12.432.335	11.526.496	11.480.559	35.439.390
Apoio à Aviação Civil nos Aeródromos Regionais				
SATA GESTÃO AERÓDROMOS	1.814.174	2.202.811	1.498.227	5.515.212
Desenvolvimento Cultural e Animação Turística				
TEATRO MICAELENSE, SA	0	1.000.000	750.000	1.750.000
TOTAL	25.563.121	47.564.537	50.233.786	123.361.444

As compensações foram atribuídas às referidas empresas públicas regionais em conformidade com as categorias de serviços públicos referidas no art.º 2.º da Decisão da Comissão, de 28 de Novembro de 2005, de 28 de Novembro, conforme se discrimina no quadro abaixo.

	Sub-Categoria da Decisão de 2005/11/28
Transporte Marítimo de Passageiros Inter-Ilhas	
ATLANTICOLINE, SA	n.º 1, alínea c) do art.º 2.º - ligações marítimas com menos de 300.000 passageiros
Infra-estruturas Portuárias	
APSM, SA	n.º 1, alínea d) do art.º 2.º - portos com menos de 300.000 passageiros
APTO, SA	n.º 1, alínea d) do art.º 2.º - portos com menos de 300.000 passageiros
APTO, SA	n.º 1, alínea d) do art.º 2.º - portos com menos de 300.000 passageiros
Transporte Aéreo de Passageiros Inter-Ilhas:	
SATA AIR AÇORES, SA	n.º 1, alínea c) do art.º 2.º - ligações aéreas com menos de 300.000 passageiros
Apoio à Aviação Civil nos Aeródromos Regionais	
SATA GESTÃO AERÓDROMOS	n.º 1, alínea d) do art.º 2.º - aeroportos com menos de 1.000.000 passageiros
Desenvolvimento Cultural e Animação Turística	
TEATRO MICAELENSE, SA	n.º 1, alínea a) do art.º 2.º - compensações inferiores a 30 milhões de euros
TOTAL	

Nota: Nenhuma destas empresas públicas regionais tem um volume de negócios anual superior a 100 milhões de euros

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42

NÃO CLASSIFICADO

Página 14 de 15



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**2.1 Beneficiários dos serviços de Interesse económico geral nos sectores dos transportes marítimos e aéreos:**

Abaixo indicam-se os dados oficiais sobre o número de passageiros desembarcados nos aeroportos e portos da Região Autónoma dos Açores, desagregados por ilha, donde se conclui que se trata de números muito aquém dos limiares comunitários referidos na Decisão da Comissão de 28 de Novembro de 2005, relativa aos Serviços de Interesse Económico Geral.

**PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS AEROPORTOS DOS AÇORES**

Ano	2005	2006	2007	2008
S. MARIA	29.893	29.578	30.751	29.488
S. MIGUEL	429.194	446.241	463.552	454.256
TERCEIRA	205.803	216.398	217.436	218.258
GRACIOSA	18.557	17.434	17.851	18.683
S. JORGE	22.591	23.397	24.343	24.610
PICO	23.858	27.691	27.509	27.443
FAIAL	90.282	94.576	95.725	93.675
FLORES	18.161	18.991	19.439	21.328
CORVO	1.665	1.704	2.015	1.857
AÇORES	837.702	876.010	898.621	889.598

Fonte: SREA

**PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS PORTOS DOS AÇORES**

Ano	2005	2006	2007	2008
S. MARIA	12.065	7.348	12.260	13.819
S. MIGUEL	19.158	11.017	21.725	24.787
TERCEIRA	20.975	15.237	22.990	25.709
GRACIOSA	4.096	3.365	4.594	4.289
S. JORGE	29.845	28.425	31.322	32.227
PICO	191.489	188.744	195.184	198.488
FAIAL	182.249	181.504	188.682	192.789
FLORES	1.093	0	813	788
CORVO	..	..	..	..
AÇORES	461.070	435.640	477.570	492.946

Fonte: Secretaria Regional da Economia

Palácio da Cova da Moura, Rua da Cova da Moura, 1  
1350-115 Lisboa  
Telefone: (00 351) 21 393 55 00 Fax: (00 351) 21 395 45 39/40/41/42